



MENSAGEM DA DIRETORIA: Em 2020, estamos no nosso 8º ano de operação no Brasil, neste período, continuamos focados em nossas principais características: a busca constante pela inovação, trabalho em equipe e atuação em novas linhas de negócios, sem perder o nosso principal objetivo, agregar valor aos nossos corretores e parceiros comerciais. Além desses aspectos, a Administração vem trabalhando fortemente na otimização de custos fixos e maximização dos resultados operacionais de suas principais linhas de negócios para atingir seus objetivos estratégicos e financeiros com nossos parceiros e acionistas, mantendo nossa qualidade na satisfação dos clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 revimos a nossa estratégia de crescimento, e tivemos uma retração de 7% no volume de prêmios emitidos, se comparado com 2019. Nossa principal redução foi no grupo de ramos de seguros rural, com diminuição de 19%, tivemos crescimento no grupo de ramos de seguros patrimoniais (37%), automóveis (12%), já o grupo de ramos de seguros de pessoas foi diretamente impactado pela redução dos prêmios de seguro viagem (esse ramo teve redução de 87%), reflexo da COVID 19, e fez com que esse grupo de ramos tivesse redução de 6%, sendo que se expurgamos esse efeito o crescimento foi de 29%. Para evitar grandes sazonalidades na operação, e alinhado com o novo objetivo estratégico, ocorreu a diminuição da participação do seguro rural de nosso mix de emissão. Apesar dessas reduções mencionadas, no exercício 2020 nós mantivemos a nossa emissão líquida superior a R\$ 400 milhões, além disso, continuamos com elevado grau de satisfação de nossos segurados em relação à qualidade de atendimento e dos nossos produtos. Nesse exercício tivemos fortes impactos em nosso resultado de operação, como a descontinuidade do Seguro Viagem impactado por fatores externos do mercado e crise sanitária e novamente um evento de catástrofe no seguro Rural, fortemente impactado pela seca na cultura de soja que afetou todo o mercado. Apesar disso, principalmente no estado do Rio Grande do Sul. Esses eventos reduziram a margem operacional em R\$ 16,3 milhões (R\$ 5,5 milhões no Seguro Rural e R\$ 10,8 milhões no Seguro Viagem), contudo administração de forma antecipada e com apoio de seus acionistas, conseguiu suportar tais impactos em sua estrutura de capital durante o período, e vem trabalhando para fortalecer ainda mais a solvência da Companhia. Ao longo do exercício de 2020 efetuamos o pagamento de R\$ 209,3 milhões de indenizações de seguro rural, na qual fortalecemos nosso processo de regulação de sinistros para atender nossos segurados de forma ágil, nesse momento delicado de pandemia que vivemos, sendo fundamental para fomentação da economia nacional em momento de crise. Estamos trabalhando fortemente para mitigar os riscos causados pela pandemia e atender todos os nossos parceiros de formas satisfatórias em momentos delicados que o mundo está vivendo. Encerramos o exercício com um caixa livre R\$ 47,6 milhões e uma liquidez de R\$ 9,6 em relação ao capital mínimo requerido, demonstrando sua solidez na estrutura de Capital para continuar operando no mercado nacional mesmo em momentos atípicos na economia, tal solidez está solidificada com apoio de nossos acionistas que possuem vasta experiência no mercado segurador da América Latina. Por fim, queremos agradecer os senhores acionistas, corretores, clientes e segurados pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, às autoridades da SUSEP e demais ligadas às nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação durante este exercício.

DESEMPENHO: Os prêmios emitidos no valor de R\$ 404,3 milhões, com decréscimo de 7% se comparados a 2019 (R\$ 433,3 milhões). Destacamos o ganho de eficiência que tivemos com as nossas despesas administrativas, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 representaram 14% do prêmio ganho frente a 16% no mesmo período de 2019, com redução nominal de R\$ 8,6 milhões. No que tange a solvência, apesar da redução da margem de contribuição do

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 17.643.407/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Seguro Viagem, pandemia e evento catastrófico no seguro rural, a Seguradora sempre apresentou excesso de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR) no montante de R\$ 9,5 milhões, demonstrando o comprometimento da Companhia com a solvência das operações. A administração tem implementado programas de melhoria contínua em processos e controles de subscrição, gestão de risco, eficiência operacional, regulação e pagamento de sinistros, bem como reforçando a estrutura organizacional e sistêmica. A administração vem empreendendo esforços na redução dos custos de aquisição e sinistralidade, através de parcerias estratégicas com corretores e resseguradoras. Apresentamos reduções nas taxas de sinistralidades líquidas de resseguro (vide nota explicativa 19-4) nos grupos de ramos: Automóvel 12 pontos percentuais (p.p.), Patrimonial 2 p.p., o Seguro de Pessoas ficou 3 p.p. maior do que em 2019, pelos impactos do seguro viagem. O seguro Rural ficou 21 p.p. maior em virtude dos impactos do evento de seca já citado anteriormente. A Seguradora possui contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, onde transferimos os riscos de determinadas operações. Devido à essa característica do modelo de negócio efetuamos a análise da nossa sinistralidade de maneira líquida, ou seja, analisamos o indicador considerando o volume de recuperação de sinistros, repasses de prêmios e comissões recebidas. Abaixo apresentamos a sinistralidade com base nessa metodologia:

Valores em R\$ mil	2017	2018	2019	2020
(+) Prêmios ganhos	298.813	331.827	407.193	397.782
(-) Repasse de prêmios aos resseguradores	(133.267)	(155.733)	(214.385)	(178.754)
(=) Prêmio Ganho Líquido	165.546	176.094	192.808	219.028
(-) Comissão de resseguro	42.246	42.246	33.642	22.172
(=) Receita líquida	205.778	218.301	246.450	251.200
(-) Sinistros incorridos	(188.898)	(315.679)	(391.874)	(450.126)
(+) Recuperação de sinistros	69.468	191.676	253.801	(294.319)
(=) Sinistros líquidos	(119.430)	(124.003)	(138.073)	(155.807)
Sinistralidade líquida	58.01%	56.75%	56.02%	62.03%

No segundo semestre do exercício de 2020, iniciamos um processo de reestruturação da alta administração da Companhia, e um dos principais objetivos estratégicos é o foco na melhoria da nossa margem operacional. Sabemos que esse processo é bastante desafiador e não se dá num curto espaço de tempo, nesse contexto os próximos exercícios serão desafiadores. Além dessa, implementamos, também, um plano de austeridade de gastos, além de criarmos comitês internos que visam o aprimoramento de processos e fomento da cultura da inovação.

Gostariamos de enfatizar, que nossos acionistas estão comprometidos em fornecer os recursos financeiros de capital necessários para financiar esse período.

PERSPECTIVAS: Tivemos uma redução de 87% nos prêmios emitidos do seguro viagem em 2020 em função dos impactos da pandemia da Covid-19, e não identificamos impactos nas emissões de prêmios dos demais grupos de ramos. Nesse contexto, para 2021, esperamos um crescimento de 5% no volume de prêmios emitidos. Continuaremos investindo na melhoria de nossos serviços, com foco nos segurados e corretores de seguros; atuação em novos mercados e lançamentos de novos produtos; além da melhoria da eficiência operacional, amplitude e qualificação dos nossos canais de distribuição, expansão territorial, melhoria dos processos de subscrição e gestão de sinistros e gastos administrativos.

AMBIENTE ECONÔMICO E MERCADOLÓGICO: O exercício de 2020, foi um período distinto de tudo o que a sociedade e mercado segurador já haviam vivenciado. A pande-

mia mundial, e seus impactos, dificultam a elaboração de projeções do ambiente econômico e mercadológico. Para 2021, nossa expectativa, é de que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil sofra uma redução de 3,0% em 2021 e o crescimento de 2,5% em 2022. O volume de prêmios emitidos da Seguradora para 2021, leva em consideração a esses aspectos do cenário econômico. No acumulado de janeiro até novembro de 2020, a arrecadação do setor segurador (sem Saúde e DPVAT) apresentou um crescimento de 5,7% frente ao mesmo período de 2019. Em 2019 o setor apresentou crescimento de 12,1%, e se esperava a repetição desse com indicador em 2020, no entanto a pandemia da Covid-19, alterou os padrões de consumo e a economia. Apesar das tendências serem pouco otimistas, espera-se melhoras no ambiente econômico a partir do segundo semestre do exercício de 2021, entretanto, não suficientemente para atingirmos as expectativas iniciais.

ASPECTOS SOCIETÁRIOS: O capital social subscrito da SANCOR Seguros do Brasil S.A. ao final do exercício de 2020 apresenta um montante de R\$ 305,6 milhões (R\$ 251,4 milhões em 31 de dezembro de 2019), sendo que desses R\$ 29,9 milhões encontra-se em processo de aprovação na SUSEP.

PROVISÕES TÉCNICAS: As provisões técnicas totalizaram em 31 de dezembro de 2020 R\$ 324,7 milhões (R\$ 329,3 milhões em 2019). O valor a ser coberto por Ativos Vinculados à SUSEP é de R\$ 176,3 milhões (R\$ 156,1 milhões em 2019), considerando ajustes redutores no valor de R\$ 157,9 milhões (R\$ 183,6 milhões em 2019), relativo aos Ativos Redutores da Necessidade de Cobertura. Adicionalmente, com base nas normas vigentes, consideramos um acréscimo no montante a ser coberto, como margem de segurança, de R\$ 9,6 milhões, equivalente a 20% do Capital de Risco (CR) de = R\$ 47,6 milhões (R\$ 46,3 milhões = R\$ 10,4 milhões em 31 de dezembro de 2019). Assim, a Companhia mantém investimentos em títulos públicos e privados vinculados à SUSEP para cobertura de Provisões Técnicas no montante de R\$ 223,9 milhões (R\$ 202,4 milhões em 31 de dezembro de 2019), com excesso de 27,0% em 31 de dezembro de 2020 (29,7% em 2019).

RESULTADO FINANCEIRO: As receitas financeiras totalizaram R\$ 9,5 milhões (R\$ 11,7 milhões em 2019). Embora os valores nominais apresentaram reduções, conseguimos aumentar nossa rentabilidade, onde nossas receitas com aplicações financeiras apresentaram uma rentabilidade de 141% do CDI (130% em 2019).

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS: De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinadas por ocasião do encerramento do exercício. Em função dos resultados, não há expectativa de distribuição de dividendos no exercício a findar em 31 de dezembro de 2020.

RECURSOS HUMANOS: A SANCOR Seguros do Brasil S.A. sabe que está no quadro de colaboradores o seu grande diferencial, por isso tem mantido programas permanentes de desenvolvimento e aperfeiçoamento.

RESPONSABILIDADE SOCIAL: A Companhia tem como cultura corporativa a preocupação com sustentabilidade e responsabilidade social e visa ultrapassar os limites dos bons resultados do seu negócio, mas também gerar resultados positivos para a sociedade e a qual faz parte.

Apesar da pandemia da COVID-19, a SANCOR Seguros do Brasil S.A. sabe que está no quadro de colaboradores o seu grande diferencial, por isso tem mantido programas permanentes de desenvolvimento e aperfeiçoamento.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
	Nota	2020	2019	
				(Reapresentado)
Prêmios emitidos	19.1	404.342	433.324	Nota 2.2
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2	(6.560)	(34.778)	
(=) Prêmios ganhos	19.3	397.782	398.546	
(-) Sinistros ocorridos	19.4	(450.126)	(385.269)	
(+) Custos de aquisição	19.5	(89.903)	(79.929)	
(+) Outras receitas e despesas operacionais	19.6	(6.031)	(5.923)	
(+ Resultado com resseguro		151.399	93.058	
(+) Receita com resseguro	19.7	294.319	253.801	
(-) Despesa com resseguro	19.7	(142.920)	(160.743)	
(-) Despesas administrativas	19.8	(64.256)	(62.821)	
(-) Custos de aquisição	19.9	(8.530)	(7.929)	
(=) Resultado financeiro	19.10	4.306	8.004	
(=) Resultado operacional		(55.359)	(40.315)	
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	-	
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(55.359)	(40.315)	
(-) Imposto de renda	12.1	(6.194)	-	
(-) Contribuição Social	12.1	(3.796)	-	
(-) Participações sobre o lucro		-	(777)	
(=) Prejuízo do exercício		(65.340)	(41.092)	
(=) Média ponderada de ações		270.014	237.079	
(=) Prejuízo por ação		(0.24)	(0.17)	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais				
	2020	2019		
				(Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(65.340)	(41.092)	Nota 2.2	
Resultado abrangente	-	-		
Resultado abrangente do exercício	(65.340)	(41.092)		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

SEMPRE FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2020	2019		
				(Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS			Nota 2.2	
Resultados antes dos impostos	(55.359)	(41.092)		
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações	7.870	6.886		
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	(24)	(1.533)		
Variação nas contas patrimoniais:				
Ativos financeiros	(24.511)	(49.026)		
Créditos das operações de seguros e resseguros	139.610	(184.694)		
Outros créditos operacionais	14.726	(5.261)		
Ativos de resseguro	55.464	(11.253)		
Despesas antecipadas	150	(199)		
Custos de aquisição diferidos	(15.272)	(9.771)		
Outros ativos	3.003	2.524		
Impostos e encargos sociais a recolher	1.317	134		
Impostos e contribuições	524	(27)		
Outras contas a pagar	7.074	6.613		
Débitos de operações com seguros e resseguros	(187.982)	220.459		
Depósitos de terceiros	552	(1.505)		
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(4.588)	49.106		
Provisões judiciais	917	103		
Caixa (consumido) pelas operações	(56.520)	(18.636)		
Juros pagos	(4.451)	(3.692)		
Juros recebidos	2.130	3.756		
Caixa líquido (consumido) pelas operações	(58.841)	(18.572)		

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimento pela venda:

Investimentos	66	-
Imobilizado	108	29

Pagamento pela compra:

Investimentos	-	(61)
Imobilizado	(721)	(1.080)
Intangível	(5.244)	(6.821)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(5.791)	(7.933)

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Obtenção de empréstimos	67.000	-
Pagamento de empréstimos	(45.000)	-
Recebimentos de adiantamentos para futuro aumento de capital	-	8.127
Integralizações de capital social	42.038	15.039
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	64.038	23.166
(Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(594)	(3.339)
Caixa e Equivalente de Caixa no início do exercício	1.749	5.088
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do exercício	1.155	1.749

continua →

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais				
Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	01/12/2019
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante		604.789	786.618	538.064
Disponível		1.155	1.749	5.088
Caixa e bancos	6	1.155	1.749	5.088
Aplicações	7	221.788	199.407	154.137
Créditos das operações com seguros e resseguros		228.337	367.923	181.596
Prêmios a receber	8.1	73.059	77.374	69.026
Operações com resseguradoras	8.5	155.278	290.549	112.570
Outros créditos operacionais		3.106	17.832	12.571
Ativos de resseguro e retrocessão	9	110.801	166.265	155.012
Títulos e créditos a receber		2.921	2.308	4.579
Títulos e créditos a receber		1.835	407	208
Créditos tributários e previdenciários		78	78	307
Outros créditos	1.008	1.823	4.064	
Outros valores e bens	10	1.812	1.578	1.433
Bens a venda		1.812	1.578	1.433
Despesas antecipadas		703	594	793
Custo de aquisição diferidos	11	34.166	28.962	22.855
Seguros		34.166	28.962	22.855
Ativo não circulante		62.652	64.612	59.901
Realizável a longo prazo		20.063	19.944	16.280
Despesas antecipadas		41	-	-
Títulos e créditos a receber	12.1	-	9.990	9.990
Créditos tributários e previdenciários		-	9.990	9.990
Custo de aquisição diferidos		20.022	9.954	6.290
Seguros	11	20.022	9.954	6.290
Investimentos		246	312	251
Adiantamento para aquisição de investimentos		246	312	251
Imobilizado	12.2	5.790	7.813	9.552
Bens móveis		3.918	4.460	4.879
Outros imobilizações		1.872	3.353	4.673
Intangível	12.3	36.553	36.543	33.818
Outros intangíveis		36.553	36.543	33.818
Total do ativo		667.441	851.230	597.965

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Nota				
Saldo em 1º de dezembro de 2019 (Reapresentado)		236.375	-	(107.956)	128.419
Aumento de capital:					
AGE de 21/01/2019	3.14	-	15.039	-	15.039
Portaria SUSEP Nº 1.289	3.14	15.039	(15.039)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	8.127	8.127
Prejuízo do exercício		-	-	(41.092)	(41.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)		251.414	-	8.127	110.493
Aumento de capital:					
Portaria SUSEP Nº 289	18 (b)	-	10.877	(8.127)	2.750
AGE de 16/04/2020	3.14	-	4.000	-	4.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	18 (b)	-	-	3.250	3.250
Portaria SUSEP Nº 430	3.14	10.877	(10.877)	(3.250)	(3.250)
Portaria SUSEP Nº 492	3.14	4.000	(4.000)	-	-
AGE de 21/08/2020	3.14	-	9.420	-	9.420
AGE de 30/10/2020	3.14	-	9.420	-	16.597
Portaria SUSEP Nº 617	3.14	9.420	(9.420)	-	-
AGE de 27/11/2020	3.14	-	13.271	-	13.271
Prejuízo do exercício		-	-	(65.340)	(65.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		275.711	29.868	(149.048)	91.191

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto operacional: A SANCOR Seguros do Brasil S.A. (doravante "Seguradora" ou "Companhia") foi constituída em 6/09/2012, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição, e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 5.031, de 20/12/2012, iniciando suas operações em março de 2013. A Seguradora é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados no Av. Duque de Caxias, 882, Zona 07, Bloco 02, 5º Andar, Maringá, Estado do Paraná - Brasil. O controle acionário e a gerência efetiva nos negócios da Seguradora são exercidos pela SANCOR Seguros Participações S.A., sociedade constituída e existente de acordo com as leis brasileiras. A SANCOR Seguros Participações S.A. detém 100% do capital social da Seguradora e pertence ao Grupo Argentino SANCOR Seguros Internacional e sua controladora em última instância é a SANCOR Cooperativa de Seguros Ltda., sediada em Sunchales na Argentina. A Seguradora tem por objeto social a operação e exploração seguros de danos e de pessoas em todo território nacional, sobretudo nos seguintes grupos de ramos: Automóveis; DPVAT; Patrimonial; Pessoas Coletivas; Pessoas Individuais; Rural. A propagação da epidemia do Coronavírus (Covid-19) vem impactando vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais Companhia está sujeita, alguns podem ser mensurados e outros não. O impacto no setor de turismo, em geral, reduziu as expectativas de emissões de prêmios do ramo de Seguro Viagem, em 2020, em cerca de 90%, sendo que nos demais ramos, ainda não sofremos impactos significativos. Não identificamos impactos nos indicadores de inadimplência durante o período da pandemia. Na segunda quinzena de março 2020, nossos trabalhadores passaram a trabalhar 100% remotamente, em atendimento aos decretos emitidos pelos órgãos competentes. A partir de junho alguns colaboradores retornaram às atividades presenciais, sendo que hoje estimamos que cerca de 50% de nosso quadro de

colaboradores encontram-se em home office. Para os colaboradores do grupo de risco ainda não temos previsão de quando retornarão ao trabalho presencial. Não tivemos redução de quadro de colaboradores em função da pandemia. A Seguradora utilizou os benefícios de prorrogação dos prazos de recolhimento de tributos federais referente aos meses de março, abril e maio de 2020 conforme Portarias nº 139 e 245/2020 do Ministério da Economia. Com base nesse cenário a administração da Companhia vem executando constante monitoramento de indicadores de impairment, gestão atuante e constante dos fluxos de caixa, visando manter a liquidez e solvência da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Seguradora em reunião realizada dia 17/02/2021. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram

SANCOR SEGUROS

—**Continuação**—
para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial. **2.1 Normas e interpretações que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **IFRS 9 / CPC 48 - "Instrumentos Financeiros":** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 01/01/2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A adoção da referida norma será efetuada em conjunto com a adoção do IFRS 17. **IFRS 16 (CPC 06 - R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil":** com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Para as seguradoras essa norma passará a vigorar a partir de 1º/01/2021. A Seguradora esperaria reconhecer ativos de direito de uso de aproximadamente R\$ 15.510 em 1º/01/2021, passivos de arrendamento de igual valor. Estimamos que o resultado de 2021 será impactado em R\$ 803. Os fluxos de caixa operacionais aumentariam e os fluxos de caixa de financiamento diminuiriam aproximadamente R\$ 803 pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento seria classificada como fluxos de caixa de financiamento. **IFRS 17 - "Contratos de Seguros, norma que substitui a atual IFRS 4 - Contratos de Seguros (CPC 11 - Contratos de Seguros), com vigência para 2023.** Até o momento, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC não emitiu pronunciamento correlato. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entrem em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. **2.2 Reapresentação das cifras comparativas:** No dia 31/12/2019, a SUSEP emitiu Circular SUSEP nº 595, que revogou os artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517, que estabeleceu que as seguradoras deveriam registrar a sua participação no Consórcio DPVAT que se fossem operações de cossuporte, essa norma entrou em vigor a partir de 1º/01/2020. Na adoção dessa nova regra, a partir de 1º/01/2020, a Seguradora desrespeitou certos ativos e passivos, e certas transações do resultado decorrentes da sua participação no Consórcio DPVAT. Para fins de comparabilidade estamos representando os saldos comparativos. **(i) Ajustes reclassificados:** A mudança na política contabilizou os seguintes itens do balanço patrimonial e demonstração do resultado:

Impactos nos balanços patrimoniais			
Itens	Impacto 31/12/2019	1º/01/2019	
Aplicações	Redução (76.134)	(74.628)	
Outros créditos operacionais	Redução (202)	(8)	
Imobilizado	Redução (78)	(95)	
Outros ativos	Redução (76.469)	(74.804)	
Movimentação líquida no ativo			(74.804)
Outros débitos operacionais	Redução (455)	(229)	
Provisões técnicas - seguros	Redução (76.014)	(74.575)	
Movimentação líquida no passivo			(74.804)
Impacto líquido em prejuízos acumulados	Nulo	—	—

Impactos na demonstração do resultado			
Itens	Impacto 31/12/2019	1º/01/2019	
Prêmios emitidos	Redução (9.141)		
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	Redução 494		
(+) Receita com emissão de apólices	Redução (2.518)		
(-) Sinistros ocorridos	Redução 6.605		
(-) Custos de aquisição	Redução 2		
(-) Outras receitas e despesas operacionais	Redução 1.247		
(-) Despesas administrativas	Redução 3.120		
(-) Despesas com tributos	Redução 116		
(-) Resultado financeiro	Redução 75		
(-) Resultado patrimonial	Redução —		
Impacto líquido no prejuízo do exercício	Nulo	—	—

Os efeitos das reapresentações são demonstrados a seguir:			
	31/12/2019	1º/01/2019	
Reapre-			
Referência Original Ajuste	Original Ajuste	Original Ajuste	Reapre-
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante	Nota 2.2 (i) 862.954 (76.336)	786.618 612.700 (74.636)	538.064
Não circulante	Nota 2.2 (i) 64.745 (133)	64.612 60.069 (168)	59.901
Total do ativo	927.699 (76.469)	851.230 672.769 (74.804)	597.965
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	Nota 2.2 (i) 792.860 (76.469)	716.391 528.367 (74.804)	453.563
Não circulante	24.346 —	24.346 15.713 —	15.713
Patrimônio líquido	110.493 —	110.493 128.419 —	128.419
Total do passivo e patrimônio líquido	927.699 (76.469)	851.230 672.769 (74.804)	597.965

Demonstração do resultado			
	Referência	Original Ajuste	Reapresentado
Prêmios Ganhos	Nota 2.2 (i) 197.201 (5.275)	191.926	
Receita com emissão de apólices	Nota 2.2 (i) 210.626 4.441	(206.185)	
Sinistros ocorridos	Nota 2.2 (i) (37.343) 1	(37.433)	
Custos de aquisição	Nota 2.2 (i) (3.976) 837	(3.139)	
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 2.2 (i) (33.271) 1.339	(31.932)	
Despesas administrativas	Nota 2.2 (i) (3.361) 116	(3.245)	
Despesas com tributos	Nota 2.2 (i) 6.250 133	6.383	
Resultado financeiro	(16.184)	(16.184)	

Demonstração dos fluxos de caixa
Caixa líquido/(consumido) pelas operações (18.579) 7 (18.572)
Caixa líquido/(consumido) nas atividades de investimento (7.990) 57 (7.933)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento 23.166 — 23.166
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa (2.403) 64 (2.339)
2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da Seguradora é o Real, também utilizado na apresentação das demonstrações financeiras. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão demonstradas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente nos períodos apresentados. **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.2 Ativos financeiros:** As aplicações financeiras são efetuadas em títulos de renda fixa públicos e privados, e de acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015 e normas específicas do Conselho Monetário Nacional (CMN), os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a linha de sua negociação, em categorias específicas. **(i) Classificação:** A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. **(a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por recuperação. **(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. No exercício a Seguradora não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. **(c) Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31/12/2020, compreendem caixa e equivalentes de caixa, a conta prêmios a receber de clientes e a conta de créditos de resseguros. **(ii) Reconhecimento e mensuração:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem.

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 17.643.407/0001-30

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
(iii) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados: A Seguradora avalia se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou seu grupo de ativos) esteja deteriorado ou *"impaired"*. Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Seguradora reconhece os valores de perdas incorridas decorrentes dos valores a receber há mais de 60 dias, independentemente de existirem outros valores a receber de determinado devedor, conforme orientação da Circular SUSEP nº 517/2015. Os ativos individuais significativos são avaliados para *impairment* em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de *impairment* coletivo. A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015. **3.3 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos sujeitos a depreciação ou amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. **3.4 Ativos intangíveis - outros intangíveis: (a) Softwares:** Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo; (iii) o software pode ser vendido ou usado; (iv) o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e (vi) o custo atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. **(b) Licenças de uso de software adquiridas:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. **3.5 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição de ativos imobilizados e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo passa por avaliação com confiabilidade. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na Nota 12. O valor residual dos ativos e a vida útil dos bens são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data do balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil. **3.6 Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento:** Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativa para a Seguradora. Os contratos de seguro e resseguro são classificados em dois grupos, com base na substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com os cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento em que os contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A Seguradora não identificou contratos classificados como "contratos de investimento" na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro são classificados como contratos de seguro e resseguro. **3.7 Passivos oriundos de contratos de seguros:** A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial do CPC. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de seguro. Ativos e passivos de contratos de seguro, a Seguradora aplicou as regras de processo de avaliação de contratos de seguro de acordo com: (i) teste de adequação de passivos; (ii) avaliação de nível de prudência utilizada na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), de acordo com a Circular SUSEP nº 517 de 2015 e alterações posteriores, quizes critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuais (NTA) descritas a seguir. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data-base de cálculo. A PPNG inclui valor correspondente aos riscos vigentes mais ainda não emitidos (PPNG, RVNE), sendo esta parcela estendida a partir do estudo de prêmios emitidos em atraso, via triângulos de *run-off*. (ii) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída de acordo com a metodologia de cálculo de prêmios, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados são calculados a partir dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido na Nota Técnica de PSL e inclui assim ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir de análises de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. A mensuração da estimativa da PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados-IBNRE, que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros ocorridos e ainda não pagos, estimado por meio de triângulos de *run-off*. Para se chegar ao IBNRE, subtrai-se da estimativa de Sinistros Ocorridos e Ainda Não Pagos a estimativa de IBNR e a PSL constituída caso a caso. O IBNR reflete a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de resolução. (iii) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base da demonstração financeira. Para o cálculo, foi utilizado o modelo atuarial de "triângulo de *run-off*" considerando o método de desenvolvimento dos sinistros ocorridos. (iv) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados, estimada de forma agregada e a PDR (PSL), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros avisados e ainda não pagos. Também estimada de forma agregada e comparada com as despesas avisadas, constituída caso a caso, de acordo com cada sinistro avisado e segue os mesmos procedimentos operacionais dos sinistros avisados. Para a obtenção da parcela da provisão despesas relacionadas a sinistros, referente ao IBNR, aplica-se o percentual histórico de despesas com sinistro sobre as provisões correspondentes. Este percentual será aplicado também a PSL gerando a estimativa de PDR dos sinistros ocorridos e já avisados. Se a PDR (PSL) estimada for inferior às despesas já avisadas, é utilizado o montante de despesas já avisadas como a parcela de PDR (PSL). Se for superior, é adotado o próprio valor da parcela de PDR (PSL) que será somada a parcela de PDR (IBNR) de forma a gerar a PDR total a ser constituída. (v) As receitas de comercialização de contratos de resseguro e custos são de origens dos contratos (DAC), que são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices. **3.7.1 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O teste de adequação de passivos levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo bruto de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma total das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETJ) livre de taxa divulgada pela ANBIMA, utilizando o indicador de taxa pré-fixada, considerando que os fluxos são nominais. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios futuros, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer de prêmios já registrados e de prêmios futuros, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares, considerando separadamente o grupo de ramo de Danos e de Prejuízos, e o grupo de Sinistros. **3.8 Riscos e contingências:** Os riscos e contingências são avaliados para fins de obtenção do TAP resultado final. O valor presente esperado do fluxo de caixa resultante de sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui os sinistros a liquidar

(PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e as despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes e prêmios já registrados, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado a soma das provisões técnicas (PPNG e PPNG-RVNE). O valor presente do fluxo de caixa de sinistros a ocorrer, relativo a prêmios futuros, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado com o valor presente do fluxo de caixa dos prêmios futuros. Foram utilizadas simulações selecionadas com base nas simulações obtidas por meio de início de vigência do risco, considerando os últimos 12 meses para Patrimonial e Auto. Para Pessoas, foram considerados os últimos 24 meses. Para o Rural, foram obtidas sinistralidades por safra e cultura, considerando o histórico de sinistros da Sancor. Foram considerados os efeitos de IBNR/IBNR e prêmio RVNE e agregado o custo com vidros e assistências e despesas diretas com sinistro e de salvamentos/ressarcimentos. As sinistralidades projetadas para os sinistros a ocorrer foram: Automóvel (64,1%), 3.13 Capital (5%), Patrimonial (54,4%) e Pessoas (41,8%). Os fluxos decorrentes de prêmios já registrados foram segregados dos fluxos decorrentes de prêmios não registrados, sem compensação entre eles. Após realizar o teste de adequação de passivos para toda operação da Seguradora, verificamos que, para a data-base de 31/12/2020, o resultado do TAP foi negativo, não sendo necessário constituir Provisão Complementar de Prêmios (PCC). **3.7.2 Custos de aquisição:** Os custos de comercialização e as receitas de comissão de resseguro são registrados quando a emissão da apólice e reconhecidas no resultado segundo o método de custo prático. **3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A contribuição social foi constituída pela alíquota de 15%, e de 17/09/2015 até 31/12/2018 pela alíquota de 20%, conforme disposto na Lei 13.169 de 6/10/2015. O imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 240 no período. Os créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nas alíquotas vigentes na data. A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou *liability method*) segundo o CPC 3.2 sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais originados entre as bases tributárias de ativos e passivos e valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. **3.11 Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Seguradora tem uma obrigação presente ou não formalizada entre as bases tributárias de ativos e passivos e valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **3.12 Arrendamentos:** Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. A Seguradora não manteve operações de arrendamento mercantil financeiro (arrendamento ou *leasing*). **3.13 Capital social:** As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido. Custos incrementais, decorrentes de tributos à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos. **3.14 Aumento do capital social em aprovação:** No dia 07/03/2019, através da Portaria SUSEP nº 1.289 foi aprovada a emissão de 15.039.251 (quinte mil e trezentos e nove mil e duzentas e cinquenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 15.039, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 236.775 para R\$ 251.414, conforme decisão do acionista em AGE de 21/01/2019. No dia 08/07/2020, através da Portaria SUSEP nº 430, foi aprovada a emissão de 10.877.190 (dez milhões, oitocentos e setenta e sete mil e cento e noventa) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 10.877, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 251.414 para R\$ 262.291, conforme decisão do acionista em AGE de 21/01/2020. No dia 18/08/2020, através da Portaria SUSEP nº 492, foi aprovada emissão de 9.420.000 (nove milhões e quatrocentos e vinte mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 9.420, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 262.291 para R\$ 271.711, conforme decisão do acionista em AGE de 16/04/2020. No dia 12/11/2020, através da Portaria SUSEP nº 617, foi aprovada a emissão de 4.000.000 (quatro milhões, quatrocentos e vinte mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 4.000, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 262.291 para R\$ 266.291, conforme decisão do acionista em AGE de 21/08/2020. No dia 12/11/2020, foi realizada AGE aprovando a emissão de 10.507.000 (dez milhões, quinhentos e sete mil e sete) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 10.507, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 271.711 para R\$ 282.298, cujo processo encontra-se em aprovação junto à SUSEP. No dia 27/12/2020, foi realizada AGE aprovando a emissão de 13.271.000 (treze milhões, duzentos e setenta e um mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 13.271, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 282.298 para R\$ 295.569, cujo processo encontra-se em aprovação junto à SUSEP. **3.15 Apuração de resultado: 3.15.1 Apuração de receita e despesas:** O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: (i) os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizadas por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidas nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco; (ii) as receitas e despesas de prêmios e comissões relacionadas a responsabilidades repassadas a outros resseguradores e a terceiros; (iii) as despesas de administração, incluindo as despesas de distribuição mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidas por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. **3.15.1.2 Receitas de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método de custo amortizado. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **3.16 Resseguro:** Os processos de resseguros são registrados no sistema operacional da Seguradora, de acordo com cada contrato negociado, para cada uma das linhas de coberturas. Os contratos de resseguros facultativos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor, sendo a conformidade do processo monitorado pela gerência de resseguros da Seguradora. No processo de resseguro facultativo, executado pela área técnica da Seguradora, as operações devem ser aprovadas através do controle de aceitação de risco. Além disso, toda a documentação do processo de resseguro é devidamente verificada pela gerência de resseguros da Seguradora. Para evitar o risco de crédito com corretores de resseguros e resseguradores, foram estabelecidos procedimentos e políticas que visam a manutenção da liquidez das operações. Para tratar tais questões, foi criado um comitê, o qual decide sobre as operações novas e em curso. Todas as alterações nos termos e condições de resseguros estão de acordo com os manuais e políticas de subscrição. Toda e qualquer mudança ocorrida nos termos e condições dos tratados de resseguro são comunicadas para os subscritores pela gerência de resseguros da Seguradora. Antes desta comunicação as áreas subscrição/produto executam as alterações no sistema de acordo com as novas condições da apólice. **3.17 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos utilizados pela Administração na preparação das demonstrações financeiras: (i) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis para a obtenção de dados e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos contratos de seguro. A Seguradora divulga análises de sensibilidade sobre gerenciamento de riscos (NGS). **(ii) Cálculo de impairment de ativos:** A Administração avalia a cada balanço seus ativos para a verificação da necessidade de registro de *impairment* quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável. **5. Gerenciamento de riscos: 5.1 Gestão de risco:** A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros - Risco de subscrição de seguro - Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco de liquidez; Risco de liquidez; Risco de liquidez; Risco de liquidez. Em termos gerais o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor

SANCOR SEGUROS

Contribuição para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas. A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Riscos e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. **5.2 Gestão do risco de subscrição:** O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarifação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada. (a) Mitigadores do risco de aceitação do produto - O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é acompanhado em estrutura que proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de brechas que comprometam sua adequada identificação e mensuração. O monitoramento dos nossos produtos permite acompanhar e adequar quando necessário as tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos. (b) Mitigadores do risco de subscrição - o risco de ocorrer é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde tenha a possibilidade de ocorrer sinistro, incerteza sobre o valor da indenização. O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que vai contra as expectativas da Companhia no momento da política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. São feitos os acompanhamentos para gestão dos riscos, onde uma das principais atribuições é o desenvolvimento do modelo interno para cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição. (c) Mitigadores do risco de resseguro - no Brasil o risco da compra de resseguros é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto a SUSEP que são classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor. A política de compra de resseguros e aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à diretoria da Companhia, que busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito. (d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes - como forma de mitigar o risco de efetuar provisões técnicas insuficientes, o Teste de Adequação de Passivo (TAP) realizado em 31/12/2020 possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. **Sensibilidade ao risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data de balanço. Como fator de risco foi eleita a sinistralidade. Simulamos como uma elevação de 25% na sinistralidade da carteira teria impactado no Patrimônio Líquido e no resultado do exercício:

Impacto no resultado	
Premissas	31/12/2020
Diminuição de 25%	38.952
Aumento de 25%	(38.952)

O impacto no resultado após os impostos sobre o resultado seria de 59,6% e sobre o patrimônio líquido de 42,7% em 31/12/2020.

Impacto no resultado	
Premissas	31/12/2019
Diminuição de 25%	32.867
Aumento de 25%	(32.867)

O impacto no resultado após os impostos seria de 80,0% e sobre o Patrimônio Líquido de 29,7% em 31/12/2019. **5.3 Gestão de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originada de prêmios a serem recebidos de segurados e substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data do vencimento. Para o controle e avaliação do risco de crédito, a Seguradora utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no país. Se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, a Seguradora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora. A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da empresa e alinhados à política de investimento definida. A Seguradora busca realizar a gestão dos ativos financeiros através da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros, distribuídos por ratings de crédito fornecidos pela agência classificadora de risco Fitch Rating e da Standard & Poor's. O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em preços cotados em mercado ativo na data de balanço.

Sem Valor	
Classificação	rating contábil
AAA	1.155
AA	1.155
A	1.155
AA-	1.155
BB	1.155
Emprestimos e recebíveis - prêmios a receber	73.059
Ativos pós-fixados	26.850
Ativos pré-fixados	113.210
Públicos	80.996

Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	26.850	26.850
Letras do Tesouro Nacional (LFTN)	54.146	54.146
Privados	59.064	59.064
Certificado de depósitos bancários (CDB)	48.071	48.071
Letra Financeira	10.993	10.993

Quotas de fundos de investimentos	81.728	81.728
Exposição máxima ao risco de crédito	81.728	221.788
5.4 Gestão do risco de liquidez:		
A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do curso normal do negócio bem como o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. Localmente, seguimos a política corporativa do Grupo Sancor para a gestão de caixa e investimentos. A política define as regras de investimento, composição das carteiras de ativo e limites para cada carteira. 5.5 Gestão de risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo Grupo Sancor e aprovados localmente no Conselho da Administração. Taxa de juros: Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos e títulos privados indexados à variação do CDI. Sensibilidade à taxa de juros: Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 1% (um ponto percentual) na taxa de juros Selic, teriam impactado no Patrimônio Líquido e resultado:		

Impacto no resultado	
Premissas	31/12/2019
Aumento de 1,0% na Selic	1.679
Diminuição de 1,0% na Selic	(1.679)

O impacto no resultado após os impostos seria de 4,90% e sobre o Patrimônio Líquido de 3,51% em 31/12/2020.

Impacto no resultado	
Premissas	31/12/2019
Aumento de 1,0% na Selic	1.679
Diminuição de 1,0% na Selic	(1.679)

O impacto no resultado após os impostos seria de 4,90% e sobre o Patrimônio Líquido de 1,52% em 31/12/2019. As aplicações financeiras da Seguradora estão classificadas como:

Carteira em 31/12/2020

Nível I	Nível II	Valor contábil
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	26.850	26.850
Letras do Tesouro Nacional (LFTN)	54.146	54.146
Certificado de Depósitos Bancários (CDB)	48.071	48.071
Letra Financeira (LF)	10.993	10.993
Quotas de fundos de investimentos	81.728	81.728
Total	80.996	221.788

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 17.643.407/0001-30

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Carteira em 31/12/2019 (Reapresentado)	Nível I	Nível II	Valor contábil
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.141	-	3.141
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	31.537	-	31.537
Letras do Tesouro Nacional (LFTN)	37.829	-	37.829
Certificado de Depósitos Bancários (CDB)	-	19.441	19.441
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	-	182	182
Letra Financeira (LF)	-	8.655	8.655
Quotas de fundos de investimentos	-	98.622	98.622
Total	72.507	126.900	199.407

5.6 Gestão do risco operacional: A Seguradora define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No exercício findo em 31/12/2020 a concentração bruta de risco para os produtos da Seguradora está distribuída da seguinte forma:

Grupo de ramos	Premios a receber
Automóvel	19.398
Patrimonial	11.755
Pessoas	29.044
Responsabilidades	182
Rural	12.490
Total	73.059

Produto (Resseguro líquido de comissão)	Resseguradora local	Resseguradora admitida	Resseguradora eventual	Total
Automóvel	(27)	(27)	-	(54)
Patrimonial	(3.655)	(1.139)	-	(4.794)
Pessoas	(1.892)	(428)	-	(2.320)
Rural	(133.206)	(31.436)	(16.057)	(180.699)
Total	(138.780)	(33.030)	(16.057)	(187.867)

A tabela abaixo apresenta os prêmios emitidos por região onde a Seguradora opera.

Premios de seguros por região:	2020	2019
Sul	353.980	389.394
Centro - Oeste	18.043	19.067
Sudeste	25.791	19.333
Norte	4.283	3.214
Nordeste	2.245	2.316
Total	404.342	433.324

As operações de resseguro são gerenciadas pela Seguradora de acordo com os padrões e regras estabelecidos pelo órgão regulador. As resseguradoras com que firmamos contratos são de alto elevado grau de crédito conforme os ratings da agência Standard & Poor's. Os prêmios cedidos aos resseguradores estão abaixo apresentados:

Resesgureadores estão abaixo apresentados:

	Local		Admitida		Eventual		Total	
Rating	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
A	(134.230)	(74.594)	(29.064)	-	(15.419)	(22.021)	(178.713)	(96.615)
A+	-	-	(290)	(2.595)	(638)	(9.136)	(928)	(11.731)
A-	-	-	-	(16.443)	-	-	-	(16.443)
AA-	(2.443)	(37.888)	(3.676)	(21.974)	-	-	(6.119)	(59.862)
AAA+	(2.042)	(144.927)	-	(15.411)	-	(21.101)	(2.042)	(181.439)
brAA+	(65)	(12.277)	-	-	-	-	(65)	(12.277)
	(138.780)	(269.686)	(33.030)	(56.423)	(16.057)	(52.258)	(187.877)	(378.367)

5.7 Gestão de risco de capital - capital adicional para risco de subscrição e de crédito: A SUSEP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou normas que alteraram, a partir de 01/2008, as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das Seguradoras. A partir de 2011, passaram a vigorar regras de alocação de capital para os riscos provenientes das operações de crédito realizadas com congêneres, resseguradores e entidades financeiras. O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora está sendo apresentado na Nota 18. Visando a adoção das melhores práticas de gestão de risco, a Seguradora está estudando modelo interno para cálculo do capital requerido. **5.8 Gestão de riscos financeiros:** A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, pelo Banco do Brasil S.A. e Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que levam em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora. Com o objetivo de promover uma melhor gestão e controle da carteira e dos riscos financeiros existentes, é realizado o estudo de Gestão de Ativos e Passivos a fim de adequar os parâmetros da carteira de ativos a do passivo, garantindo assim a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Seguradora são:

Classe	Premissas	Saldo	Rendi-	Variação	Saldo
Ativos pré-fixados públicos					
Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B)	Aumento de 10% na taxa	26.850	2.946	295	27.145
Ativos pós-fixados públicos					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Aumento de 10% na taxa	-	22	2	2
Letras do Tesouro Nacional (LFTN)	Aumento de 10% na taxa	54.146	2.388	239	54.385
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	Aumento de 10% na taxa	48.071	883	88	48.159
Letra Financeira (LF)	Aumento de 10% na taxa	10.993	278	28	11.021
Outros	Aumento de 10% na taxa	-	3	-	-
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	10% na taxa	-	-	-	-
Quotas de Fundos de Investimentos	10% na taxa	81.728	1.780	178	81.906
Total		221.788	8.300	830	222.618

Impacto líquido de efeito tributário

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. **6. Caixa e equivalente de caixa:**

	31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Caixa	25	16	22
Bancos conta depósitos	1.130	1.733	5.066
Total	1.155	1.749	5.088

7. Ativos financeiros: 7.1 Aplicações: A classificação das aplicações financeiras por categoria e prazo de vencimento é apresentada da seguinte forma:

31/12/2020	
0 - 3 meses ou sem	
vencimento definido	meses
12.152	19.209
49.635	80.996
83.122	37%

Mantidos até o vencimento	
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	5.854
Letras do Tesouro Nacional (LFTN)	29.639
Certificado de depósito bancário - CDB	5.044
Letra Financeira	2.833
Quotas de fundos de investimentos	81.728
Total	101.757

31/12/2019 (Reapresentado)	
0 - 3 meses ou sem	
vencimento definido	meses
11.033	5.376
19.035	35
35.635	112
71.114	2.088

8.2 Composição quanto aos prazos de vencimento:

31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Vencidos até 30 dias	1.273	3.048
Vencidos de 31 a 60 dias	83	535
Vencidos de 61 a 180 dias	63	301
Vencidos de 181 a 360 dias	327	105
Vencidos acima de 360 dias	228	7
A vencer até 30 dias	17.844	21.755
A vencer de 31 a 60 dias	14.934	16.652
A vencer de 61 a 180 dias	27.529	26.605
A vencer de 181 a 360 dias	10.980	9.213
A vencer superior a 360 dias	229	210
Total	73.490	77.829

8.3 Movimentação dos saldos:

31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Saldo inicial	77.374	69.026
Prêmios emitidos	468.673	500.739
Prêmios cancelados e restituídos	(64.331)	(58.274)
Recebimentos	(408.681)	(435.750)
Redução ao valor recuperável	24	1.633
Saldo final	73.059	77.374

1º/01/2019 (Reapresentado)	
0 - 3 meses ou sem	
vencimento definido	meses
16.144	12.958
63.142	90.995
65.533	41%

Mantidos até o vencimento

Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	-	16.144	46.821	48.739	30%
Letras do Tesouro Nacional (LFTN)	-	-	16.321	16.794	11%
Letra Financeira	2.964	2.451	12.958	90.995	59%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.964	-	2.965	5.929	4%
Certificado de depósito bancário - CDB	-	2.451	3.213	5.664	4%
Títulos de renda fixa - RDC	-	-	1.077	1.077	1%
Letra Financeira	-	-	5.793	5.793	4%
Quotas de fundos de investimentos	-	-	72.622	72.622	47%
Total	2.964	2.451	29.102	154.137	100%

As movimentações das aplicações no exercício estão abaixo demonstradas:

Aplicações	31/12/2019 (Reapresentado)	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.141	1.168	(4.331)	22	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	31.537	1.961	(9.594)	2.946	26.850
Letras do Tesouro Nacional (LFTN)	37.829	32.185	(18.256)	2.388	54.146
Letra Financeira	8.655	10.254	(8.194)	278	10.993
Certificado de depósito bancário - CDB	19.441	42.365	(14.618)	883	48.071
Títulos de renda fixa - RDC	182	71	(25)	3	-
Quotas de fundos de investimentos	98.622	300.048	(318.722)	1.780	81.728
Total	199.407	388.052	(373.971)	8.300	221.788

7.2 Taxas de juros contratadas: As taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

Classe	Indexador	2020	2019
Letras financeiras de tesouro - LFT	Selic	2,72%	5,79%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	4,52%	4,31%
Letras do tesouro nacional - LFTN	DI (i)	218,31%	148,84%
Certificado de depósito bancário - CDB	DI (i)	118,00%	105,75%
Títulos de renda fixa - RDC	DI (i)	106,41%	101,61%
Letra Financeira - LF	DI (i)	112,88%	110,27%
Quotas de fundos de investimentos	DI	2,86%	5,77%

(i) Percentual de realização da taxa DI.

7.3 Ativos em cobertura de provisões técnicas: A Companhia utiliza os direitos creditórios como redutor da necessidade de cobertura por ativos garantidores com base nos prêmios a receber, na proporção dos riscos a decorrer, considerando cada parcela não vencida, na data-base de cálculo, líquidas das parcelas cedidas em cosseguro e dos montantes relativos aos ativos de resseguro, conforme circular SUSEP nº 517 de 30/07/2015 e alterações posteriores.

2020		2019
(Reapresentado)		
Certificado de depósito bancário - CDB	48.071	19.441
Letras Financeiras	10.993	8.655
Letras Financeiras do tesouro - LFT	-	3.141
Notas do tesouro nacional - NTN-B	28.191	33.924
Letras do tesouro nacional - LFTN	54.931	38.662
Quotas de Outros Fundo de Investimentos	81.728	98.622
Total dos ativos em cobertura	223.914	202.445

Provisões Técnicas - seguros

(-) Ativos de Resseguro Redutores de PSL

(-) Ativos de Resseguro Redutores de IBNR

(-) Ativos de Resseguro Redutores de PPNG

(-) Ativos de Resseguro Redutores de PCC

(-) Depósitos judiciais

(-) Ativos de Resseguro Redutores (VI/VGBL/PGBL)

(-) Direitos Creditórios

(-) Direitos Creditórios RYNE

(-) Custo de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG

(-) Provisões Consórcio DPVAT

Total dos ajustes

20% do capital de risco

SANCOR SEGUROS

2ª continuação

8.4 Redução ao valor recuperável: A movimentação da provisão para redução do valor recuperável de prêmios a receber é demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Saldo inicial	455	2.088	3.073
Provisões constituídas	674	1.364	1.461
Reversões	(698)	(2.997)	(2.446)
Saldo final	431	455	2.088
8.5 Operações com resseguradoras:	31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Automóvel	1.282	768	573
Patrimonial	70	8.017	2.251
Pessoas	9.566	21.799	6.798
Rural	136.413	265.731	104.483
Total	155.278	296.549	112.570

9. Ativos de resseguro:

	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros	IBNR	PDR	Total
Automóvel	61	684	142	119	1.006
Patrimonial	4.241	3.066	347	336	7.990
Pessoas	1.739	10.796	5.281	260	18.076
Rural	39.028	18.164	24.147	2.390	83.729
Totais	45.069	32.710	29.917	3.105	110.801

	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros	IBNR	PDR	Total
Automóvel	53	495	145	14	707
Patrimonial	2.928	1.840	288	249	5.305
Pessoas	10.450	18.132	4.241	829	33.652
Rural	52.524	54.515	16.744	2.818	126.601
Totais	65.955	74.982	21.418	3.105	166.265

	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros	IBNR	PDR	Total
Automóvel	1.035	2.275	158	374	3.842
Patrimonial	5.945	783	339	42	7.109
Rural	48.777	76.266	15.456	3.405	143.904
Totais	55.827	79.381	15.975	3.829	150.012

10. Outros valores e bens: Os salvados e ressarcidos da Companhia são originados dos ramos de automóveis, sendo que o prazo médio de permanência na conta em 31/12/2020 foi de 145 dias (2019 - 124 dias). **Expectativa de realização:** O desenvolvimento da Expectativa se deu a partir da apuração do aging compreendido entre data de pagamento dos sinistros vs data de reconhecimento contábil da posse dos respectivos salvados e ressarcimentos (data de entrada do salvado no pátio ou data do acordo de ressarcimento) para os 36 meses anteriores a data-base em análise; após, aplicamos o aging aos valores contabilizados.

Prazo estimado de realização	31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Até 1 mês	697	607	551
Até 2 meses	447	389	303
Até 3 meses	255	222	202
Até 4 meses	132	115	104
Até 5 meses	10	9	8
Até 6 meses	78	68	62
Até 7 meses	57	50	45
Até 8 meses	4	5	5
Até 9 meses	6	5	5
Até 10 meses	7	6	5
Até 11 meses	8	7	6
Até 12 meses	7	8	7
De 13 a 18 meses	104	107	97
Total	1.812	1.578	1.433

11. Custos de aquisição diferidos:

	31/12/2020	31/12/2019	01/12/2019
	Não Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Automóvel	4.784	1	3.993
Patrimonial	4.476	30	3.635
Pessoas	17.946	18.639	12.197
Responsabilidades	86	1	46
Rural	6.874	1.351	9.091
Total	34.166	20.022	28.962

Os custos diferidos são representados por comissões sobre prêmios emitidos diferidos pró-rata com base na vigência das apólices. Os seguros do grupo de Ramos Automóvel são diferidos pelo prazo médio de 12 meses, Patrimonial 12 meses, Pessoas 21 meses, Responsabilidades 12 meses e o Rural pelo prazo médio de 13 meses.

Movimentação dos saldos:

	31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Saldo inicial	38.916	29.145	16.988
Constituição	105.175	89.702	68.130
Apropriação de despesas	(89.903)	(79.931)	(55.973)
Saldo final	54.188	38.916	29.145

12. Ativo não circulante: 12.1 Créditos tributários e previdenciários:

	31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Ativo fiscal tributário diferido	-	6.194	6.194
Imposto de Renda sobre prejuízos fiscais	-	3.796	3.796
Contribuição Social sobre prejuízos fiscais	-	9.990	9.990

Em 2020 a Companhia efetuou o impairment total dos créditos, considerando a ausência de recuperabilidade dos saldos. Em 31/12/2020, a Companhia não reconheceu ativos de impostos de R\$ 85.282 (31/12/2019 - R\$ 50.460) com relação a prejuízos no montante de R\$ 213.206 (31/12/2019 - R\$ 157.847), que podem ser compensados com lucro tributável futuro. Esses prejuízos não possuem prazo de prescrição. **12.2 Imobilizado: Composição do saldo:**

juízos não possuem prazo de prescrição. 12.2 Imobilizado: Composição do saldo:

		31/12/2020		
Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Benefícios em imóveis de terceiros	20%	8.543	(6.992)	1.551
Equipamentos	20%	4.233	(2.651)	1.582
Móveis, máquinas e utensílios	10%	3.774	(1.691)	2.083
Veículos	20%	746	(495)	251
Imobilizações em curso	-	323		323
		17.619	(11.829)	5.790
		31/12/2019 (Reapresentado)		

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Benefiteiras em imóveis de terceiros	20%	8.452	(5.475)	2.977
Equipamentos	20%	3.816	(2.006)	1.810
Móveis, máquinas e utensílios	10%	3.713	(1.315)	2.398
Veículos	20%	649	(397)	252
Imobilizações em curso	—	376	—	376
		17.006	(9.193)	7.813

	31/12/2019 (Reapresentação)			
Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Benefícios em imóveis de terceiros	20%	8.172	(3.818)	4.354
Equipamentos	20%	3.124	(1.371)	1.753
Móveis, máquinas e utensílios	10%	3.665	(950)	2.715
Veículos	20%	678	(267)	411
Imobilizações em curso	-	319	-	319
		15.958	(6.406)	9.552

Movimentação dos saldos

	Benefícios em imóveis de terceiros	Equipamentos	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Imobilizações em curso	Total
Saldo ajustado em 1º/12/2019 (Reapresentado)	4.354	1.752	2.715	411	319	9.551
Custo total	8.172	3.124	3.665	678	319	15.958
Depreciação acumulada	(3.818)	(1.371)	(950)	(267)	-	(6.406)
Saldo contábil, líquido	4.354	1.753	2.715	411	319	9.552
Aquisições	281	692	50	-	57	1.080
Alienções	-	-	-	(29)	-	(29)
Depreciações	(1.658)	(635)	(367)	(130)	-	(2.790)
Em 31/12/2019 (Reapresentado)	2.977	1.810	2.398	252	376	7.813
Custo total	8.453	3.816	3.715	649	376	12.619
Depreciação acumulada	(5.476)	(2.006)	(1.317)	(397)	-	(9.196)
Saldo contábil, líquido	2.977	1.810	2.398	252	376	7.813

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 17.643.407/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Benefícios em imóveis de terceiros	Equipamentos	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Imobilizações em curso	Total
Aquisições	38	417	61	205	-	721
Alienções	-	-	-	(108)	-	(108)
Transferências	53	-	-	-	(53)	-
Depreciações	(1.517)	(645)	(376)	(98)	-	(2.636)
Em 31/12/2020	1.551	1.582	2.083	251	323	5.790
Depreciação acumulada	(6.992)	(2.651)	(1.691)	(495)	-	(11.829)
Saldo contábil, líquido	1.551	1.582	2.083	251	323	5.790

12.3 Intangível: O intangível é constituído por despesas com direito de uso de sistemas de computação e por softwares desenvolvidos internamente, sendo as amortizações efetuadas com base em taxa anual de 20% e 10%, respectivamente. No segundo exercício de 2018 entrou em funcionamento um novo software desenvolvido internamente. O intangível em formação refere-se a gastos relativos ao desenvolvimento de melhorias internas em processos e sistemas de controles cuja expectativa é de que entrem em funcionamento ao longo do exercício de 2021.

Composição do saldo

	31/12/2020			
<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual de amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Direito de uso de software	20%	11.320	(6.803)	4.517
Direito de uso de software desenvolvido	10%	37.470	(7.706)	29.764
Intangível em formação	-	2.272	-	2.272
		51.062	(14.509)	36.553
	31/12/2019 (Reapresentado)			
<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual de amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Direito de uso de software	20%	7.102	(5.002)	2.100
Direito de uso de software desenvolvido	10%	33.501	(4.273)	29.228
Intangível em formação	-	5.215	-	5.215
		45.818	(9.275)	36.543
	1º/12/2019 (Reapresentado)			
<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual de amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Direito de uso de software	20%	5.907	(4.153)	1.754
Direito de uso de software desenvolvido	10%	31.321	(1.026)	30.295
Intangível em formação	-	1.769	-	1.769
		38.997	(5.179)	33.818

Movimentação dos saldos

	Direito de uso de software	Direito de uso de software desenvolvido	Intangível em formação	Total
Saldo ajustado em 1º/12/2019	1.754	30.295	1.769	33.818
Custo total	5.907	31.321	1.769	38.997
Amortizações acumuladas	(4.153)	(1.026)	-	(5.179)
Saldo contábil, líquido	1.754	30.295	1.769	33.818
Aquisições	1.195	2.180	3.446	6.821
Amortizações	(849)	(3.247)	-	(4.096)
Em 31/12/2019 (Reapresentado)	2.100	29.228	5.215	36.543
Custo total	7.102	33.501	5.215	45.818
Amortizações acumuladas	(5.002)	(4.273)	-	(9.275)
Saldo contábil, líquido	2.100	29.228	5.215	36.543
Aquisições	4.218	(395)	1.421	5.244
Transferências	-	-	4.364	(4.364)
Amortizações	(1.801)	(3.433)	-	(5.234)
Em 31/12/2020	4.517	29.764	2.272	36.553
Custo total	11.320	37.470	2.272	51.062
Amortizações acumuladas	(6.803)	(7.706)	-	(14.509)
Saldo contábil, líquido	4.517	29.764	2.272	36.553

13. Contas a pagar: 13.1 Obrigações a pagar:

	31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Fornecedores	8.602	7.354	5.046
Participações nos lucros a pagar	-	542	421
Outras obrigações	2.350	1.322	1.761
Saldo final	10.952	9.218	7.228

13.2 Impostos e encargos sociais a recolher:

	31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	2.288	1.887	1.743
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.640	755	747
Imposto Sobre Serviços (ISS)	37	22	15
Contribuições previdenciárias	422	440	491
Contribuições para o FGTS	217	177	170
PIS/COFINS e CSLL retidos	568	574	555
Saldo final	5.172	3.855	3.721

13.3 Empréstimos e financiamentos:

	Parte relacionada	Condições	Vencimento	Parcelas	Saldo devedor
07/07/2020	11.000	(i) Sim mês + CDI 0,50% ao	05/07/2021	Parcela única	11.075
03/07/2020	11.000	(ii) Sim mês + CDI 0,50% ao	06/06/2021	Parcela única	11.075
Saldo final	22.000				22.150

(i) Cooperativa de Crédito de Cascavel e Região - Sicob Creditapial; (ii) Cooperativa de Crédito da Região Meridional do Brasil - Sicob Unicoob Meridional. Ambos os empréstimos foram realizados em moeda nacional e não possuem cláusulas restritivas (covenants). Abaixo a movimentação dos saldos no exercício:

	31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Saldo inicial	67.000	67.000	67.000
Obtenção de empréstimos	(45.000)	-	-
Pagamento de empréstimos	1.748	-	-
Juros reconhecidos	(1.590)	-	-
Saldo final	22.150	67.000	67.000

14. Débitos das operações com seguros e resseguros: Abaixo demonstramos as operações com resseguradoras, relacionadas ao repasse de prêmios, liquidações de comissão, registrados na rubrica "Débitos das operações com seguros e resseguros - operações com resseguradoras":

	31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Resseguradora local	27	27	54
Resseguradora admitida	1.139	428	4.794
Resseguradora eventual	1.892	252	2.320
Pessoas	133.206	31.436	180.699
Total	138.780	33.030	187.867

	31/12/2020	31/12/2019	1º/12/2019
Resseguradora local	27	27	54
Resseguradora admitida	3.438	722	4.160
Resseguradora eventual	31.210	-	-
Pessoas	235.374	55.311	342.943
Total	269.686	56.423	378.367

	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/20
--	----------------------------	----------

SANCOR SEGUROS												
NOTAS EXPLICATIVAS												
Valores brutos de resseguro												
Ano de ocorrência	31/12/13	31/12/14	31/12/15	31/12/16	31/12/17	31/12/18	31/12/19	31/12/20				
Incidido + IBNR												
até a data-base	368	4.817	49.317	134.537	141.962	256.777	290.079	357.978				
um ano mais tarde	670	5.244	50.797	149.963	163.645	323.733	389.540	-				
dois anos mais tarde	753	5.194	50.179	150.706	166.301	327.093	-	-				
três anos mais tarde	782	6.594	50.603	152.043	168.822	-	-	-				
quatro anos												
mais tarde	625	6.367	50.712	153.715	-	-	-	-				
cinco anos												
mais tarde	604	6.867	51.559	-	-	-	-	-				
seis anos mais tarde	719	7.142	-	-	-	-	-	-				
sete anos mais tarde	1.043	-	-	-	-	-	-	-				
Em 31/12/2020	1.043	-	-	-	-	-	-	-				
Pago acumulado												
até a data-base	267	2.794	30.954	98.755	102.006	162.077	192.051	256.808				
um ano mais tarde	531	4.331	48.530	146.833	161.013	320.201	377.339	-				
dois anos mais tarde	556	4.404	49.118	147.803	163.508	321.610	-	-				
três anos mais tarde	560	4.372	49.740	148.532	165.270	-	-	-				
quatro anos												
mais tarde	560	4.512	49.822	149.886	-	-	-	-				
cinco anos												
mais tarde	561	4.836	50.289	-	-	-	-	-				
seis anos mais tarde	561	4.856	-	-	-	-	-	-				
sete anos mais tarde	671	-	-	-	-	-	-	-				
Em 31/12/2020	671	-	-	-	-	-	-	-				
Provisão de sinistros												
Em 31/12/2020	372	2.287	1.269	3.829	3.552	5.484	12.201	101.170				
Falta acumulada	675	2.326	2.242	19.178	26.860	70.316	99.461	-				
% falta acumulada	65%	33%	4%	12%	16%	21%	26%	0%				

As tabelas a seguir apresentam a atual estimativa do desenvolvimento dos sinistros ocorridos, líquidos de resseguro, comparada com as correspondentes estimativas dos anos anteriores. Os sinistros judiciais foram separados dos sinistros não judiciais. Apresentamos o desenvolvimento dos sinistros também de forma agregada (judiciais e não judiciais) que apresentam conjuntamente uma falta acumulada de 29% em relação a 2013, uma sobra de -13% em relação a 2014, uma falta de 6% em relação a 2015, uma falta de 7% em relação a 2016, uma falta de 7% em relação a 2017, uma falta de 11% em relação a 2018 e uma falta de 10% em 2019. Em 2020 alteramos as metodologias de IBNR e IBNER referente a carteira de Agro, com objetivo de reduzir esse descaimento.

Valores líquidos de resseguros não judiciais												
Ano de ocorrência	31/12/13	31/12/14	31/12/15	31/12/16	31/12/17	31/12/18	31/12/19	31/12/20				
Incidido + IBNR												
até a data-base	361	3.815	23.986	66.475	88.184	89.677	104.489	130.672				
um ano mais tarde	506	3.600	24.855	70.668	93.977	100.469	115.529	-				
dois anos mais tarde	506	3.549	25.109	71.133	94.672	101.098	-	-				
três anos mais tarde	506	3.326	25.525	71.294	95.130	-	-	-				
quatro anos												
mais tarde	506	3.326	25.531	71.331	-	-	-	-				
cinco anos												
mais tarde	506	3.401	25.563	-	-	-	-	-				
seis anos mais tarde	511	3.389	-	-	-	-	-	-				
sete anos mais tarde	506	-	-	-	-	-	-	-				
Em 31/12/2020	506	3.389	25.563	71.331	95.130	101.098	115.529	130.672				
Pago acumulado												
até a data-base	267	2.181	14.662	53.372	75.724	72.698	81.227	88.553				
um ano mais tarde	481	3.482	24.164	68.645	93.850	100.217	116.038	-				
dois anos mais tarde	506	3.544	24.723	69.010	94.510	101.009	-	-				
três anos mais tarde	506	3.315	24.814	69.349	94.996	-	-	-				
quatro anos												
mais tarde	506	3.320	24.820	69.398	-	-	-	-				
cinco anos												
mais tarde	506	3.383	24.852	-	-	-	-	-				
seis anos mais tarde	506	3.383	-	-	-	-	-	-				
sete anos mais tarde	506	-	-	-	-	-	-	-				
Em 31/12/2020	506	3.383	24.852	69.398	94.996	101.009	116.038	88.553				
Provisão de sinistros												
Em 31/12/2020	-	6	711	1.933	134	89	(509)	42.119				
Falta acumulada	145	(427)	1.578	4.857	6.946	11.421	11.040	-				
% falta acumulada	29%	-13%	6%	7%	7%	11%	10%	0%				

Valores líquidos de resseguros judiciais												
Ano de ocorrência	31/12/13	31/12/14	31/12/15	31/12/16	31/12/17	31/12/18	31/12/19	31/12/20				
Incidido + IBNR												
até a data-base	7	38	314	2.297	949	1.324	2.211	2.955				
um ano mais tarde	114	701	1.205	2.403	2.279	3.184	6.144	-				
dois anos mais tarde	197	711	827	2.661	4.143	5.652	-	-				
três anos mais tarde	226	549	890	3.519	5.927	-	-	-				
quatro anos												
mais tarde	43	722	1.014	4.587	-	-	-	-				
cinco anos												
mais tarde	36	1.037	1.585	-	-	-	-	-				
seis anos mais tarde	137	1.141	-	-	-	-	-	-				
sete anos mais tarde	487	-	-	-	-	-	-	-				
Em 31/12/2020	487	1.141	1.585	4.587	5.927	5.652	6.144	2.955				
Pago acumulado												
até a data-base	-	-	-	49	69	146	30	320				
um ano mais tarde	-	11	96	118	549	814	745	-				
dois anos mais tarde	-	15	72	599	1.787	1.378	-	-				
três anos mais tarde	3	121	292	939	3.758	-	-	-				
quatro anos												
mais tarde	3	256	354	1.732	-	-	-	-				
cinco anos												
mais tarde	5	517	742	-	-	-	-	-				
seis anos mais tarde	5	537	-	-	-	-	-	-				
sete anos mais tarde	115	-	-	-	-	-	-	-				
Em 31/12/2020	115	537	742	1.732	2.758	1.378	745	320				
Provisão de sinistros												
Em 31/12/2020	372	604	844	2.855	3.169	4.275	5.398	2.635				
Falta acumulada	480	1.103	1.271	2.290	4.978	4.329	3.932	-				
% falta acumulada	99%	97%	80%	50%	84%	77%	64%	0%				

Valores líquidos de resseguros												
Ano de ocorrência	31/12/13	31/12/14	31/12/15	31/12/16	31/12/17	31/12/18	31/12/19	31/12/20				
Incidido + IBNR												
até a data-base	368	3.853	24.300	68.771	89.133	91.000	106.701	133.627				
um ano mais tarde	620	4.301	26.059	73.070	96.257	103.654	121.673	-				
dois anos mais tarde	703	4.260	25.936	73.794	98.815	106.750	-	-				
três anos mais tarde	732	3.875	26.415	74.813	101.057	-	-	-				
quatro anos												
mais tarde	550	4.047	26.545	75.918	-	-	-	-				
cinco anos												
mais tarde	542	4.438	27.149	-	-	-	-	-				
seis anos mais tarde	648	4.529	-	-	-	-	-	-				
sete anos mais tarde	993	-	-	-	-	-	-	-				
Em 31/12/2020	993	4.529	27.149	75.918	101.057	106.750	121.673	133.627				
Pago acumulado												
até a data-base	267	2.181	14.662	53.421	75.793	72.844	81.257	88.873				
um ano mais tarde	481	3.493	24.259	68.763	94.399	101.031	116.783	-				
dois anos mais tarde	506	3.559	24.795	69.609	96.297	102.387	-	-				
três anos mais tarde	509	3.436	25.106	70.288	97.754	-	-	-				
quatro anos												
mais tarde	509	3.576	25.174	71.130	-	-	-	-				
cinco anos												
mais tarde	511	3.900	25.594	-	-	-	-	-				
seis anos mais tarde	511	3.920	-	-	-	-	-	-				
sete anos mais tarde	621	-	-	-	-	-	-	-				
Em 31/12/2020	621	3.920	25.594	71.130	97.754	102.387	116.783	88.873				
Provisão de sinistros												
Em 31/12/2020	372	609	1.555	4.788	3.303	4.363	4.890	44.754				
Falta acumulada	625	676	2.849	7.147	11.924	15.750	14.972	-				
% falta acumulada	63%	15%	10%	9%	12%	15%	12%	0%				

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 17.643.407/0001-30

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.3 Movimentação das provisões técnicas:

	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Ocorridos mas não avisados	despesas relacionadas	Total
Saldo ajustado em 1º/12/19	148.488	108.518	19.011	4.138	280.155
Constituições	51.709	114.201	22.982	6.551	195.443
Reversões	(17.068)	(111.214)	(12.997)	(5.058)	(146.337)
Saldo em 31/12/2019					
(Reapresentado)	183.129	111.505	28.996	5.631	329.261
Constituições	42.636	200.747	21.679	8.825	273.867
Reversões	(36.084)	(214.628)	(19.069)	(8.694)	(278.475)
Saldo em 31/12/2020	198.681	97.624	31.606	5.762	324.673

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 17.643.407/0001-30			NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
			31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
Ativo						
Prêmios a receber						
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Pacajá e Região - Sicoob Transamazônica			1.890	1.698	93	492
Outros créditos						
Cooperativa de Crédito Sicoob de Seguros			3.552	2.001	982	454
Total do ativo			5.442	3.700		
Passivo						
Corretores de seguro e resseguro						
Unicob Corretora de Seguros Ltda.			122	209	35	209
Total do passivo			122	209		
As transações registradas no resultado dos exercícios findos em 31/12/2020 e de 2019 com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:						
Transações no resultado			2020	2019		
Prêmios emitidos						
Central das Cooperativas de Crédito Unicob - Sicoob Central Unicob			2.458	2.160		
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - Sicoob Metropolitano			7.979	4.774		
Cooperativa de Crédito Sicoob Vale do Iguaçu			6.341	2.920		
Cooperativa de Crédito de Cascavel e Região - Sicoob Credicapital			4.701	3.748		
Cooperativa de Crédito da Região Meridional do Brasil - Sicoob Unicob Meridional			2.741	1.607		
Cooperativa de Poupança e Crédito Ouro Verde - Sicoob Ouro Verde			3.890	2.221		
Cooperativa de Crédito do Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste do Paraná			6.617	3.650		
Cooperativa de Crédito Sul - Sicoob Sul			2.401	1.706		
Cooperativa de Crédito de Cascavel e Região - Sicoob Credicapital			4.946	3.759		
Cooperativa de Crédito - Sicoob Aliança			4.701	3.748		
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Umuarama			3.613	1.751		
- Sicoob Arenito			3.173	1.919		
DIRETORIA						
Fernando Adrian Alloatti - Diretor geral						
Ricardo Estevam Cipriano dos Santos - Diretor atuarial						
Aos Acionistas e Administradores da Sancor Seguros do Brasil S.A. Maringá - PR: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$ 57.541 mil (em 30 de junho de 2020) e R\$ 50.210 mil (em 31 de dezembro de 2020), descritas nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sancor Seguros do Brasil S.A. ("Seguradora"), e dos limites de retenção no montante de R\$ 3.025 mil, em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuariário independente da Seguradora, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente. Responsabilidade da Administração: A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência, descritas nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Seguradora, e dos limites de retenção no montante de R\$ 3.025 mil, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sancor Seguros do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da						
Wady Jose Mourão Curly - Diretor técnico						
Rafael Alvino Gozer - Diretor Administrativo e Financeiro						
PARERE DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES						
parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito da Seguradora, e dos limites de retenção no montante de R\$ 3.025 mil. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Seguradora são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$ 57.541 mil (em 30 de junho de 2020) e R\$ 50.210 mil (em 31 de dezembro de 2020), descritas nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora, e dos limites de retenção no montante de R\$ 3.025 mil, em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuariário independente da Seguradora, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente. Responsabilidade da Administração: A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência, descritas nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Seguradora, e dos limites de retenção no montante de R\$ 3.025 mil, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sancor Seguros do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da						
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS						
governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade na supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver						
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Marechal Cândido Rondon e Região - Sicoob Marechal			1.180	522		
Cooperativa de Crédito do Iguaçu Integrado - Sicoob Integrado			2.012	1.660		
Transações no resultado			2020	2019		
Prêmios emitidos						
Cooperativa de Crédito Horizonte - Sicoob Horizonte			327	238		
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Médio Oeste - Sicoob Médio Oeste			1.961	1.275		
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Pará - Sicoob Cooesa			694	480		
Coop. de Cred. dos Integ. do Minist. Público e do Poder Judiciário nos Estados do AP e CE e Livre Admissão no Estado do Pará - Sicoob Coimppa			1.161	1.410		
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Amapá - Sicoob Amapá			-	1		
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados das Regiões Norte e Nordeste do Pará - Sicoob Unidas			901	835		
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Pacajá e Região - Sicoob Transamazônica			372	441		
Sinistros ocorridos			57.468	37.077		
Central das Cooperativas de Crédito Unicob - Sicoob Central Unicob			268	402		
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - Sicoob Metropolitano			1.601	663		
Cooperativa de Crédito Sicoob Vale do Iguaçu			-	2.281		
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Três Fronteiras - Sicoob Três Fronteiras			229	658		
Cooperativa de Crédito da Região Meridional do Brasil - Sicoob Unicob Meridional			470	497		
Cooperativa de Poupança e Crédito Ouro Verde - Sicoob Ouro Verde			-	279		
Cooperativa de Crédito do Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste do Paraná			9	531		
Cooperativa de Crédito Sul - Sicoob Sul			1.137	1.155		
Cooperativa de Crédito de Cascavel e Região - Sicoob Credicapital			104	1.467		
Sinistros ocorridos						
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados das Regiões Norte e Nordeste do Pará - Sicoob Unidas					35	209
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados dos Vales do Itajaí e Itapocu, do Litoral					24	10
Custos de aquisição			5.830	9.735		
Unicob Corretora de Seguros Ltda.			34.707	11.418		
Total de custos			40.537	21.153		
22. Lista de Siglas:						
APP - Acidentes Pessoais de Passageiros; CDB - Certificado de depósito bancário; CMR - Capital mínimo requerido; CNSP - Conselho nacional de seguros privados; COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social; DPVAT - Danos pessoais por veículos automotores; ETTJ - Estrutura a termo das taxas de juros estimada; FESR - Fundo de estabilidade do sistema rural; FGTS - Fundo de garantia por tempo de serviço; IBNR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados; LFT - Letra financeira do tesouro; NTN - Nota do tesouro nacional; PCC - Provisão complementar de cobertura; PDR - Provisão de despesas relacionadas; PIS - Programa de integração social; PLA - Patrimônio líquido ajustado; PPNG - Provisão para prêmios não ganhos; PSL - Provisão de sinistros a liquidar; RCFV - Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos; RDC - Recibo de depósito cooperativo; RVNE - Riscos vigentes não emitidos; SUSEP - Superintendência de seguros privados; TAP - Teste de adequação de passivos; CPC - Comitê de pronunciamentos contábeis; IASB - International Accounting Standards Board.						
CONTADOR						
Roberto Piccoli						
CRC - RS 083230/O						
ATUÁRIO RESPONSÁVEL						
Cristina Maria Cantanhede Biasotto Mano						
MIBA 900						
sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado", utilizado de R\$ 57.541 mil (em 30 de junho de 2020) e R\$ 50.210 mil (em 31 de dezembro de 2020), descritas nas notas explicativas às demonstrações financeiras e dos limites de retenção no montante de R\$ 3.025 mil, da Sancor Seguros do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA. Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício audito, em seus aspectos mais relevantes.						
São Paulo, 26 de fevereiro de 2021						
DELOITTE TOUHE TOHMATSU						
Consultores Ltda.						
CNPJ 02.189.924/0001-03						
CIBA 45						
João Batista da Costa Pinto - MIBA 944						
o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.						
Maringá, 26 de fevereiro de 2021						
pwc						
PricewaterhouseCoopers						
Auditores Independentes						
CRC 2SP000160/O-5						
Marcelo Luis Teixeira Santos						
Contador - CRC 1SP050377/O-6						

